



APÊNDICE B – MODELO DE PROJETO DE PESQUISA DO PROFESSOR

Direito e Justiça: um olhar jurídico-filosófico para a comunidade.		FACHA	
Nome do Professor:	Maria Paulina Gomes	Curso:	Direito
Unidade:		Data:	2022.2

Tema: Direito e Justiça: um olhar jurídico-filosófico para a comunidade.

- 1. Delimitação do Tema:** o entendimento da comunidade a respeito dos conceitos de Direito e Justiça.
- 2. Problema:**

Se diante da tarefa de conceituar Direito e Justiça têm-se debruçado diversos pensadores ao longo dos tempos, é exatamente a dificuldade e a multiplicidade na formulação de respostas que parecem alimentar a investigação filosófica em torno do tema. Sobretudo porque alcançar tais definições é como desvendar traços jamais percebidos na face da sociedade, o que nos conduz à nota fundamental no exercício do pensamento filosófico no Direito, bem como nos demais campos do saber: a de que o filósofo é o indivíduo capaz de afinar a sua percepção através da razão, de maneira a interessar-se pelas coisas do mundo com a curiosidade de um primeiro olhar.

Deste modo, as categorias de direito e justiça são dadas pela necessidade de compreensão das relações de valoração no exercício da liberdade que caracterizam a interação social, dentro da própria compreensão da ordem em que elas se processam a partir das limitações dadas pela moral e pelo aparelho jurídico-estatal. Porém, ainda parece pouco entender direito e justiça considerando apenas as espécies estabelecidas pelo olhar jurídico-filosófico...

O olhar do senso comum é aquele que constrói certezas cotidianas a partir da observação dos fatos. E é este entendimento fundamental para que reconheçamos as categorias do direito e do justo vivas nas relações interindividuais, além das relações entre os indivíduos e a figura do Estado, uma vez que a consciência acerca de seus





direitos e o exercício de uma consciência moral fundada na justiça são as ferramentas para a construção de uma realidade mais cidadã.

Diante do exposto, pretende-se observar de que forma as idéias de justiça e direito são influenciadas pelas carências existentes numa dada sociedade, e em que medida as concepções do justo e do direito veiculadas no contexto sócio-cultural concorrem para o entendimento da população. Assim, a pesquisa busca responder às seguintes questões:

- Qual é o entendimento que o cidadão comum possui sobre direito e justiça?
- Quais as categorias de direito e justiça presentes nas falas dessas pessoas contrastam ou afinam com as categorias jurídico-filosóficas?

3. Objetivos:

- Identificar as categorias de Direito e Justiça presentes no entendimento da comunidade.
- Comparar as noções de Direito e Justiça do cidadão com o entendimento jurídico-filosófico de autores selecionados.
- Propor atividades a serem exercidas junto à comunidade pelos alunos do curso de direito, celebrando um vínculo entre pesquisa e extensão.

4. Justificativa:

As pesquisas dentro do conceito de justiça, de modo geral, sempre dispensaram um tratamento mais atencioso à abordagem puramente filosófica, sem no entanto, oferecerem alternativas à edificação de uma realidade mais justa. Nesse sentido, tornam-se necessárias inovações que o projeto pretende apresentar neste campo, ao considerar não somente a produção filosófica em torno do tema, mas também o entendimento daquele para quem o estudo do direito e da justiça se deve voltar: o cidadão.

Ao buscar as concepções de direito e de justiça junto à população, o projeto se revela capaz de atender a uma dupla necessidade acadêmica: em primeiro lugar, por permitir a inserção da universidade na comunidade, conjugando pesquisa e extensão. Em segundo por contribuir aos estudos no âmbito de direito e justiça, campo em que tais pesquisas se mostram





escassas.

A primeira necessidade é, nada mais, do que a finalidade maior da universidade, cuja produção de conhecimento só alcança o seu real sentido se aproxima-se da realidade social. Reconhecendo-a, o projeto objetiva a realização de um estudo prático, iniciando-o pela abordagem das pessoas que se interessam pelo tema, identificando a sua noção de direito e justiça, para então promover uma maior conscientização a respeito dos direitos fundamentais e, assim, participar da construção da cidadania. Desta forma, a pesquisa também estará aliada à atividade de extensão.

A segunda necessidade relaciona-se à escassez de pesquisas envolvendo o estudo de categorias jurídico-filosóficas de comunidade, fator que reflete ainda mais a importância social do projeto, visto que, ele explora uma temática vasta, como ocorre de fato com as pesquisas sobre o conceito de direito e justiça, porém sob uma perspectiva diferenciada, tentando compreender de que forma tais conceitos se apresentam no entendimento popular. Esta contribuição, por outro lado, também ressalta a importância do resgate de um conhecimento desenvolvido de maneira interdisciplinar, num contexto histórico-pedagógico marcado pela supervalorização da especialização.

Portanto, realizar uma pesquisa envolvendo direito e justiça tendo por alicerce o entendimento do cidadão e todos os meios pelos quais ganham forma as suas concepções é de alta relevância, contudo, não estaria completa se não lhe oferecesse uma perspectiva de vida mais digna, justa, fundada na construção de uma consciência que se perpetue no exercício da cidadania, conforme é e deve ser o objetivo máximo da universidade perante a sociedade.

5. Metodologia:

A metodologia a ser empregada deve conciliar uma fundamentação teórica consistente a um diálogo rico com a comunidade. Isso implica dizer que devem caminhar lado a lado a leitura das obras dos teóricos que abordam a temática da justiça e do direito e a avaliação das concepções presentes no entendimento dos indivíduos, no tratamento empírico do tema.





A partir daí, o diálogo será estabelecido com a comunidade por intermédio da elaboração, aplicação e análise qualitativa de um questionário, adotando os referenciais das categorias éticas e filosófico-jurídicas de direito e justiça na avaliação do entendimento da comunidade.

De posse deste conhecimento, uma parceria pesquisa-extensão atuará corroborando o processo de conscientização a que o projeto se propõe, pois contará com a participação dos alunos da faculdade de direito em atividades que empreguem o trabalho desenvolvido na construção de condições de exercício pleno da cidadania, tais como: palestras e orientação jurídica, além da idealização de um instrumento que dê concretude e longo alcance às realizações do projeto, como uma cartilha que verse sobre os conceitos de justiça e de direito.

6. Resumo do projeto para internet (Entre 200 e 500 palavras)

As categorias de direito e justiça são dadas pela necessidade de compreensão das relações de valoração no exercício da liberdade que caracterizam a interação social, dentro da própria compreensão da ordem em que elas se processam a partir das limitações dadas pela moral e pelo aparelho jurídico-estatal. Porém, ainda parece pouco entender direito e justiça considerando apenas as espécies estabelecidas pelo olhar jurídico-filosófico. Já o olhar do senso comum é aquele que constrói certezas cotidianas a partir da observação dos fatos. E é este entendimento fundamental para que reconheçamos as categorias do direito e do justo vivas nas relações interindividuais, além das relações entre os indivíduos e a figura do Estado, uma vez que a consciência acerca de seus direitos e o exercício de uma consciência moral fundada na justiça são as ferramentas para a construção de uma realidade mais cidadã.

O projeto Direito e Justiça tem como objetivos: Identificar as categorias de Direito e Justiça presentes no estudo dos conceitos ao longo da História da Filosofia e no entendimento da comunidade a respeito desses conceitos; Comparar as noções de Direito e Justiça do cidadão com o entendimento jurídico-filosófico de autores selecionados; Propor atividades a serem exercidas junto à comunidade pelos alunos do curso de direito, celebrando um vínculo entre pesquisa e extensão. A metodologia a ser empregada deve conciliar uma fundamentação teórica consistente a um diálogo rico





com a comunidade. Isso implica dizer que devem caminhar lado a lado a leitura das obras dos teóricos que abordam da temática da justiça e do direito e a avaliação das concepções presentes no entendimento dos indivíduos, no tratamento empírico do tema. A pesquisa será qualitativa e envolverá também pesquisa de campo, utilizando entrevistas semi-estruturadas., por meio do google forms, com pessoas de idades e gêneros variados, e diferentes profissões. Pretende-se, que os textos produzidos pelos alunos sejam divulgados em forma de e-books.

7. Cronograma

	Ago/ 22	Set/ 22	Out/ 22	Nov/ 22	Dez/ 22	Jan/ 23	Fev/ 23	Mar/ 23	Abr/ 23	Mai/ 23	Jun/ 23	Jul/ 23
Seleção de fontes bibliográficas a respeito de direito e justiça	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Leituras e fichamentos das fontes bibliográficas	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Coleta, documentação e Análise dos dados obtidos na pesquisa de campo (questionário)		X	X	X	X	X						





Preparação para a JIC								X	X	X	X	x
Redação dos artigos para a JIC								X	X	X	X	X
Organização de palestras						X	X	x				
Realização das Palestras									X	X	X	
Relatório Final												X

Etapas do Desenvolvimento do Projeto

- Realização de leituras e fichamentos das obras dos principais filósofos da justiça e do direito.
- Início do diálogo com a comunidade pela elaboração e aplicação de um instrumento- (questionário).
- Aplicação e análise dos questionários.
- Confrontamento das concepções dos teóricos com as noções de justiça e direito dos indivíduos.
- Apresentação e desenvolvimento de atividades a serem realizadas pelos alunos de direito, que viabilizem a associação pesquisa-extensão.
- Elaboração de meios que propaguem o processo de conscientização realizado, a exemplo de uma cartilha abordando o conteúdo trabalhado.

Referências

- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores)
- BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História**. 2ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.





- CARDOSO, Ciro Flamarion e BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1990
- DWORKIN, Ronald. **O Império do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Ensino Superior)
- FERRAZ, Tércio Sampaio Jr. **Introdução ao Estudo de Direito**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1972.
- GOFF, Jacques Le. **História e Memória**. 4 ed. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 1996
- GOMES, Maria Paulina. MESTRE: Cadernos Acadêmicos do Mestrado em Direito. Barra Mansa: UBM, v. 3, n. 7, abril 2000, quadrimestral. ISBN 1516-4063
- GUSMÃO, Paulo Dourado de Gusmão. **Introdução ao Estudo do Direito**. 20ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- HART, Herbert L.A.. **O Conceito de Direito**. 2ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.
- IHERING, Rudolf Von. **A luta pelo Direito**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- KANT, Immanuel. **A Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2001.
- KANT, Immanuel. **A Crítica da Razão Prática**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro. (Universidade)
- KELSEN, Hans. **O que é Justiça?**: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Ensino Superior)
- KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- PLATÃO. **A República**. São Paulo: Nova Cultural, 2004. (Os pensadores)
- RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 1997. (Ensino Superior)
- REALE, Miguel. **Lições Preliminares de Direito**. 27ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- WALZER, Michael. **As esferas da Justiça**.

